

ENTREVISTA

Vanderlei Sebastião de Souza

INTERVIEW

Vanderlei Sebastião de Souza

Leonardo Dallacqua de Carvalho

Doutor em História pela FIOCRUZ. Pesquisador na Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA- SECTI- MCTIC-CNPq), vinculado ao Curso de História, da Universidade Estadual do Maranhão, campus de Caxias. Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-UEMA). Pós-doutorando em História na Universidade Fronteira Sul – SC.

Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR) e do Programa de Pós-Graduação em História (UNICENTRO-PR), Vanderlei Sebastião de Souza é a principal referência do país quando o assunto é eugenia brasileira. Sua trajetória acadêmica foi iniciada na Faculdades Integradas de Palmas (FACIPAL), quando concluiu o curso de graduação em 2002. Posteriormente ingressou no mestrado na Casa de Oswaldo Cruz, no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Foi nesta etapa que produziu a dissertação “A Política Biológica como Projeto: a ‘eugenia negativa’ e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1934)”, bibliografia obrigatória para os pesquisadores interessados no tema da eugenia e seus desdobramentos no país. Sob a orientação do também especialista na historiografia da eugenia, o Prof. Dr. Robert Wegner, o trabalho publicado em 2006 aborda a trajetória do eugenista Renato Kehl e reposiciona a história da eugenia no Brasil considerando as suas pluralidades. Atualmente a dissertação encontra-se também no formato de livro sob o título: “Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras” (2019), publicada pela Editora Unicentro.

Na mesma instituição, Souza defendeu em 2011 a tese “Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)”. Entre outras premiações, a tese foi a vencedora do III Prêmio ANPUH Nacional de Melhor Tese em História no biênio 2011-2012. Em meio às discussões que realiza, a eugenia de Roquette-Pinto e seus trânsitos internacionais novamente ampliam as perspectivas de se trabalhar com o tema na perspectiva nacional. Assim como a dissertação, a tese foi publicada em livro: “Em Busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)” (2018), em parceria com as editoras da FGV e FIOCRUZ.

No período de 2011 a 2013, o professor Souza realizou Pós-Doutorado na FIOCRUZ, financiado pelo CNPq, tendo em mente o estudo: “Os estudos de genética de populações humanas

no pós-Segunda Guerra: uma análise histórico-antropológica sobre “mistura racial” no Brasil”. Com dezenas de artigos científicos, capítulos de livro, livros e orientações, discuti com o pesquisador a respeito da sua trajetória acadêmica, a historiografia da eugenia e questões relacionadas às ciências, saúde e raça.

Ao menos desde 2006, ano em que a sua dissertação foi defendida - publicada em livro com o título Renato Kehl e a eugenia no Brasil (2019) -, o senhor se tornou a principal referência quando o assunto é eugenia no Brasil e Renato Kehl. Depois, com a tese defendida em 2011, vencedora de um Prêmio ANPUH de Teses e publicada em 2017, consolidou ainda mais sua trajetória nos estudos de eugenia. Com quase 20 anos de caminhada neste assunto, como o senhor percebe os estudos de eugenia no Brasil?

Os estudos sobre a história da eugenia no Brasil são recentes e os primeiros trabalhos datam dos anos 1990, especialmente depois da publicação do livro *The hour of eugenics*, da historiadora norte-americana Nancy Stepan. A obra é resultado de seus estudos sobre eugenia na América Latina, em que compara os movimentos eugênicos no Brasil, Argentina e México, países que tiveram os movimentos eugênicos mais expressivos e articulados na região. Publicado em inglês em 1991, o livro abriu uma agenda importante de novas pesquisas sobre a história da eugenia no Brasil, especialmente depois que a obra foi traduzida para o português, em 2005, pela Editora Fiocruz. As minhas próprias pesquisas sobre a história da eugenia são devedoras do diálogo com essa obra. Aliás, no meu entendimento não é possível falar sobre esse tema sem dialogar com o livro de Stepan, que já virou um clássico da historiografia.

Nos últimos 20 anos surgiram um bom número de pesquisas, sobretudo aqueles originários de dissertações e teses de doutorado, que avançaram e deram profundidade e amplitude a temas, autores, personagens, instituições e ideias até então pouco conhecidos. Estudos sobre a trajetória de eugenistas, como Renato Kehl, Octávio Domingues, Edgard Roquette-Pinto, Belisário Penna, por exemplo, tem recebido atenção especial da produção historiográfica. De outro lado, instituições como a Sociedade Eugênica de São Paulo, a Liga Brasileira de Higiene Mental, o *Boletim de Eugenia*, ou mesmo eventos como o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, também têm sido objetos privilegiados de análise. Mais recentemente também tem aparecido pesquisas com análises sobre a eugenia na imprensa, na literatura, na educação, no direito, no pensamento social e no debate legislativo, como é possível perceber, por exemplo, no interesse que eugenia alcançou durante o governo Vargas. Ao mesmo tempo, a historiografia tem expandido sua atenção para a relação entre eugenia e higiene, eugenia e doença mental, eugenia e raça, eugenia e gênero, eugenia, maternidade e infância, eugenia e sexualidade, eugenia e religião, entre outros.

Estes estudos têm permitido compreender a eugenia no Brasil como um objeto amplo, polissêmico e multifacetado, estreitamente conectado com as questões e problemas que mobilizavam as elites brasileiras, os intelectuais, médicos, cientistas, instituições e autoridades públicas de diferentes matizes ideológicas. Como sabemos, a eugenia era vista como expressão de modernidade e esteve envolvida em diferentes projetos de reforma nacional e de controle sobre o corpo, a reprodução humana e a vitalidade racial de sua população. As recentes pesquisas

historiográficas também têm apontado para um estreito diálogo dos eugenistas brasileiros com os movimentos eugênicos de outros países, seja na América Latina quanto nos Estados Unidos e Europa, sinalizando para uma ampla circulação internacional em torno de ideias, teorias científicas e políticas envolvendo eugenia, raça, nação e identidade nacional. Neste sentido, entendo que a eugenia é um inclusive um objeto privilegiado para analisar os condicionantes sociais e políticos que envolvem a produção científica, a circulação do conhecimento, seus usos políticos, formas de apropriação e ressignificação em diferentes contextos internacionais, nacionais, regionais e locais.

A Casa de Oswaldo Cruz/COC – FIOCRUZ, com seu programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, demarcou a História das Ciências e da Saúde como um importante – e necessário – campo de estudos no país. Como o programa possibilitou a sua inserção neste campo e o diálogo com a Sociologia, Antropologia e História?

O campo da história das ciências é um campo interdisciplinar por excelência, seja pela natureza de seus objetos, que necessariamente promove o diálogo com os campos científicos que são seus objetos de análise, seja pelo fato da história das ciências ter nascido à margem da tradicional historiografia. Aliás, é importante dizer que o Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz tem sido bem-sucedido no estabelecimento do campo da história das ciências como um campo pujante na historiografia brasileira, sobretudo quando tratamos da história das ciências biomédicas e da história da saúde pública. Diferentemente do que ocorria há 30 anos, quando havia uma certa resistência dos historiadores brasileiros em tomar a ciência como objeto de análise, hoje a historiografia das ciências é um campo bem institucionalizado, com programas de pós-graduação, linhas de pesquisas, publicação de revistas, sociedades e eventos especializados espalhados por diferentes regiões do Brasil.

Ao mesmo tempo, deve-se dizer que a história das ciências não renunciou à sua vocação interdisciplinar, como é possível perceber pela própria formação dos pesquisadores e nas pesquisas realizadas tanto na Casa de Oswaldo Cruz quanto em outras instituições de ensino e pesquisa em história das ciências. Minha formação, minha trajetória e as minhas próprias pesquisas são também resultados dessa perspectiva interdisciplinar, sobretudo se considerarmos o amplo diálogo entre a história das ciências, a história intelectual e os estudos sobre o pensamento social brasileiro, tradicionalmente ocupado por cientistas sociais e historiadores preocupados em compreender as interpretações e as trajetórias intelectuais, os projetos, diagnósticos e ideias que forjaram o Brasil, a sociedade e o Estado brasileiro.

De outro lado, deve-se destacar também o diálogo profícuo da história das ciências com a sociologia do conhecimento, o que tem fornecido um terreno fértil para pensar a produção científica como uma prática social muito particular e diretamente conectada com a história social, as sociabilidades intelectuais, os contextos linguísticos e conceituais, sem dispensar atenção aos contextos políticos e culturais mais amplos. A própria história das ciências que aprendi a praticar está em estreita sintonia com essa perspectiva, o que permite pensar a atividade científica e intelectual como instrumento de ação política e intervenção no mundo, como experiência

encarnada no social. Ao mesmo tempo, a história da saúde e das doenças também foi fortemente influenciada pela antropologia, o que promoveu uma revolução na maneira de projetar os significados científicos, culturais e sociais em torno das práticas de cura, das formas de identificação social das doenças, da construção de diagnósticos médicos, seus tratamentos e intervenções.

A eugenia é um tema que desperta múltiplos sentimentos como esquecimento, distanciamento, repúdio, curiosidade e interesses variados. Seu processo histórico de formação causou um dos principais traumas do século XX. Não à toa, é frequente o interesse no estudo em perspectiva histórica da eugenia e seus desdobramentos. Um dos seus problemas é que os pesquisadores que se interessam pelo tema, sem o devido suporte bibliográfico e conhecimento do estado da arte, acabam mergulhando em anacronismos. A consequência é a produção de estudos desalinhados à historiografia da eugenia e com erros primários já sinalizados por Mark Adams ainda na década de 1990. Nesse sentido, como um pesquisador interessado no tema de eugenia deve iniciar seu percurso de investigação?

A eugenia, de fato, não é um tema fácil de analisar porque envolve discussões explosivas como racismo, exclusão social e genocídios, temáticas que envolveram eventos emblemáticos ao longo da primeira metade do século XX. De outro lado, a eugenia também desperta sentimentos antagônicos porque fez parte de projetos científicos considerados modernos e racionais, liderados por médicos, geneticistas, biólogos e intelectuais que tinham liderança reconhecida no seu tempo. Por muito tempo, evitou-se estudar a eugenia, do ponto de vista de uma história das ciências, porque acreditava-se que o conhecimento eugênico era uma pseudociência, ou simplesmente uma ideologia irracional e avessa ao processo de construção da modernidade ocidental. Contudo, desde os anos 1980 uma ampla historiografia tem sustentado argumentos contrários, destacando a diversidade de ideias e projetos modernos e racionais em que a eugenia esteve envolvida, seja em nome da ciência e do progresso, seja do racismo, do imperialismo e dos nacionalismos.

Neste sentido, entendo que a pesquisa em torno da eugenia deve iniciar a partir de uma compreensão histórica bem formulada sobre a maneira como as teorias eugênicas foram incorporadas, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, como medidas científicas bem estabelecidas, que agregava teorias, métodos e conceitos reconhecidos pelos homens do seu tempo. Isso permite compreender como a eugenia teve ampla adesão e repercussão em diferentes lugares do mundo, sendo vista como uma ferramenta fundamental para o tão almejado projeto de regeneração racial, progresso biológico e superioridade nacional. A eugenia, ao contrário do que se imagina inicialmente, não foi um ponto fora da curva no processo de racionalização do ocidente, ao contrário, foi a expressão maior da modernidade, que encontrou na ciência e na técnica os instrumentos para enfrentar as ambivalências do mundo social.

Em segundo lugar, é preciso levar em consideração que a eugenia é um conhecimento polisêmico que ganhou sentidos diversos dependendo dos contextos nacionais, das tradições científicas, das ideologias raciais e políticas específicas de cada país ou região. Um terceiro ponto a considerar, que é um desdobramento do anterior, é que eugenia não foi abraçada somente por

conservadores, reacionários e fascistas de extrema-direita, mas também de liberais e progressistas colocados à esquerda do espectro político. Neste sentido, não se pode tomar a eugenia nazista, que levou ao extermínio de milhões de judeus e de outras minorias étnicas, como um ponto de partida ou de parâmetro para a compreensão do que foi a eugenia em outros lugares do mundo. Como se sabe, a eugenia emergiu e se institucionalizou na Inglaterra e nos Estados Unidos pelo menos três décadas antes da chegada do nazismo ao poder. Entendo que uma boa pesquisa sobre a história da eugenia deva levar em consideração a circulação internacional das teorias científicas e raciais que envolveram a eugenia, pensar os diálogos, as aproximações e distanciamentos entre as diferentes vertentes da eugenia, mas considerar a partir das especificidades próprias dos países em que a eugenia foi empregada.

Este cenário nos remete ao futuro dos estudos da eugenia. Embora não existam temas fechados ou acabados, o tema da eugenia foi bastante estudado no recorte temporal entre a metade final do século XIX e a metade do XX. Naturalmente, com as reflexões ampliadas sobre o tema, sobretudo a partir de novas perguntas, parece haver a necessidade de pensar suas transformações pós-Segunda Guerra Mundial. O que o senhor entende sobre as adaptações da eugenia nesse momento?

Esse é um aspecto importante porque nos coloca diante do desafio de compreender o que foi feito da eugenia depois dos horrores da Segunda Guerra Mundial. É comum o argumento de que a eugenia entrou no ostracismo na segunda metade do século XX, resultado das críticas que as ideias eugênicas sofreram devido à estreita associação com o nazismo e o racismo científico. Contudo, a historiografia vem apontando que é necessário repensarmos as rupturas, mutações e adaptações que eugenia sofreu depois de 1945, identificando as diferentes formas que o ideário eugênico ocupou a partir de então. Neste caso, trata-se em primeiro lugar de pensar a história da eugenia a partir de distintas temporalidades, como um conceito polissêmico e flexível às mutações teóricas, sociais e políticas que ocorreram a partir da segunda metade do século XX.

Em meu ponto de vista, é evidente que as discussões éticas, as novas perspectivas científicas e os movimentos civis de contestação do racismo que emergiram no pós-1945 introduziram um conjunto de questões que colocaram as ideias eugênicas e o racismo na contramão da história. O que não quer dizer que as noções eugênicas, o preconceito racial, o determinismo biológico e o desejo de interferir na reprodução humana tenham desaparecido. Na verdade, o que é preciso identificar são as rupturas e as novas práticas e linguagens que os princípios eugênicos passaram a ocupar, tanto no campo da ciência, especialmente na medicina e na genética, quanto nas políticas de saúde pública, nos programas de aconselhamento matrimonial e controle populacional, na indústria farmacêutica e dos cosméticos ou mesmo na sobrevivência da eugenia no senso comum.

Me parece que eugenia no pós-Segunda Guerra é bastante distinta e incorpora práticas e linguagens mais adequadas aos novos tempos, aos novos racismos, exclusões, determinismos biológicos e desejos de intervenção sobre o corpo e a reprodução humana. Mesmo assim, é preciso dizer que práticas antigas e radicais, baseadas em princípios segregacionistas e draconianos, como a esterilização compulsória, por exemplo, continuaram sendo praticadas ao longo do sé-

culo XX, como a historiografia tem apontado para os casos de países como os Estados Unidos ou mesmo na América Latina, incluindo aí o Brasil. No caso brasileiro, um aspecto importante é compreender se as políticas de controle populacional, especialmente a esterilização e a regulação da natalidade, eram informadas por princípios eugênicos ou não. Oficialmente, sabemos que essas políticas evitavam empregar conceitos eugênicos, mas temos vestígios que apontam que o controle da reprodução de pobres, negros e indígenas eram muitas vezes inspirados na eugenia, debatidos por autoridades políticas, instituições e organismos internacionais que viam essas populações como ameaça ao desenvolvido, a civilização e a formação de cidadãos plenos. Considero que faltam pesquisas históricas que caminhem neste sentido, explorando tanto as políticas de controle reprodutivo e populacional quanto as pesquisas e investimento do mercado no campo da medicina e da engenharia genética desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX.

O futuro da eugenia está ligado à constituição das ciências, sobretudo à biologia e à genética. A eugenia, em diferentes perspectivas, ainda assume uma possibilidade concreta de intervenção humana. Pensando planos de saúde, políticas de morte de Estado e “bebês cosméticos”, podemos dizer que a eugenia está longe de ser apenas parte de uma memória?

A eugenia emergiu no final do século XIX estreitamente conectada com as teorias científicas, o que dava amplo respaldo à construção de hierarquias raciais, estereótipos sociais e de gênero e representações violentas sobre as distinções biológicas humanas. Embora essas representações ainda perdurem atualmente, é importante dizer que a partir de meados dos anos 1930, mas sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, cientistas e intelectuais de diferentes áreas das ciências paulatinamente passaram a contestar as teorias eugênicas e o racismo científico, denunciando a tragédia que a eugenia e o racismo sustentaram ao longo das primeiras décadas do século XX.

Desde então, a intervenção da ciência no processo de reprodução humana, na manipulação da medicina e da engenharia genética sobre os corpos e a vida humana, ou mesmo sobre as políticas de saúde e assistência social, tem sido tratada a partir de amplas reflexões sobre limites éticos de intervenção da ciência na sociedade. Neste contexto, a ciência se transformou numa ferramenta fundamental para combater o racismo, os preconceitos e as exclusões. Mas é importante lembrar que o sentido da ciência está nos usos que dela são feitos, da responsabilidade pública e social, dos valores humanos e éticos que a cercam. É por isso que a ciência, a democracia, a ética e a liberdade intelectual precisam sempre andar juntas, como projetos em comum.

Isso não quer dizer que a eugenia hoje seja resultado de uma memória evanescente. No meu entendimento, a eugenia encontra-se difundida tanto na memória social quanto em iniciativas governamentais, no interesse do mercado ou mesmo em pesquisas envolvendo a medicina e a genética. Claro que não se trata mais de projetos eugênicos, como era comum nas primeiras décadas do século XX, mas em iniciativas e desejos de controle sobre a vida, a saúde, a beleza, a longevidade e a reprodução humana. Exemplo mais emblemático disso pode ser visto na ampla engenharia que as pesquisas genéticas mobilizam, sobretudo na era genômica e nos estudos sobre o sequenciamento do DNA. Cada dia mais, essas pesquisas prometem tecnologias e co-

nhecimento capazes de controlar as características genéticas, eliminar doenças e imperfeições e regular inclusive as capacidades intelectuais. Isso poderá nos levar a uma verdadeira distopia eugênica, criando grupos humanos geneticamente programados e “superiores”, ao menos para aqueles que poderão pagar por essas tecnologias.

A partir desse pensamento a questão racial é fundamental para a formação identitária do Brasil. O conflito racial é parte da História do Brasil e seu convívio é uma infeliz rotina. É possível dizer, em diálogo com as questões anteriores, que o país veste novas e antigas roupas de seleção socioeconômica e racial?

O Brasil é um país fortemente marcado pelo histórico de exclusão social, divisão e segregação racial. Nosso passado colonial e escravocrata produziu um cenário de profundas desigualdades e violências que ainda hoje estruturam a sociedade brasileira. Foi esse passado inclusive o grande sustentáculo do Estado brasileiro, da formação da nação e do próprio processo de construção do capitalismo no país. No que diz respeito mais especificamente às relações raciais, não há dúvida que o racismo brasileiro se reveste tanto de roupas novas, adaptadas aos processos de modernização econômica e social, quanto roupagens antigas, sustentadas por ideologias e mitos que perduram ao longo tempo e são responsáveis pelas mazelas nacionais.

Talvez o caso mais emblemático neste sentido seja mesmo o mito da democracia racial e da suposta cordialidade brasileira diante da diferença. Essas narrativas, construídas sobretudo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, fundaram uma série de mitologias sobre as relações raciais, em especial aquelas que representavam a formação da nação brasileira a partir da integração pela miscigenação. A própria história da eugenia de que falávamos anteriormente estava em diálogo com essas interpretações. Embora essas narrativas tenham sido, pelo menos em alguma medida, resultado de projetos que almejavam construir um país mais tolerante, como podemos pensar a obra de Gilberto Freyre, por exemplo, sabemos também que esses mitos esconderam a violência, o conflito e as desigualdades raciais existentes no Brasil. Além disso, por muito tempo essas interpretações desarticularam os movimentos sociais e dificultaram o debate público sobre o peso do racismo na construção das desigualdades brasileiras.

Nas últimas décadas temos assistido mudanças nesse cenário, o que tem provocado debates amplos, públicos e especializados sobre a violência racial, a segregação e a existência de um racismo estrutural. Liderado sobretudo pelos movimentos sociais, pelas universidades públicas e pela atuação de intelectuais negros, esse debate tem estimulado a reflexão e compreensão sobre a criação de políticas sociais responsáveis pela promoção da igualdade racial. Contudo, essa luta tem sido ameaçada por medidas autoritárias recentemente encampadas pelo próprio governo brasileiro, pelos ataques que esse mesmo governo tem promovido contra negros, indígenas e organizações progressistas, entre elas as universidades públicas. Ao mesmo tempo, a expansão do neoliberalismo também tem sido responsável por atacar as políticas de ações afirmativas, de inclusão social e promoção da diversidade racial. Diante desse cenário, não há dúvida que a luta contra o racismo está tão ameaçada quanto as instituições democráticas, e que a luta em defesa da inclusão social e racial exige uma união generalizada das forças progressistas em defesa do

Estado de direito e do que ainda resta da frágil democracia brasileira.

Recentemente, o senhor organizou um dossiê publicado pela Revista Científica NUPEM, em parceria com outros dois pesquisadores, com o seguinte título: “Ciência, saúde e doenças no Brasil: abordagens históricas e desafios contemporâneos”. Embora sua formação seja conclusiva para explicar a temática abordada, por que organizar este dossiê é importante para o tempo presente da pandemia?

A pandemia da covid-19 é um evento emblemático que sem dúvida marcará o século XXI e ficará registrado nos livros de história e na memória social como um dos eventos mais trágicos da história da humanidade. Não tenho dúvida que é um acontecimento natural, político, social e de saúde pública que vai ocupar muito as pesquisas de nós historiadores. Neste sentido, a publicação desse dossiê foi um esforço coletivo e interdisciplinar para debater sobre os desafios contemporâneos e históricos em que a ciência e a saúde pública brasileiras são colocadas em tempos de pandemia, de negacionismos, omissões e ataques contra a atividade científica.

Como historiadores das ciências, entendemos que era fundamental pensar o modo como a ciência, as instituições, a sociedade e o Estado brasileiro enfrentaram as epidemias ao longo da história, e como os historiadores são chamados para refletir sobre a atual pandemia da covid-19. Sabemos que a história não deve ser vista como mestra da vida, mas sabemos também que o passado é fundamental para fazermos comparações, projeções e vermos o presente com mais clareza, para podermos problematizar a partir das experiências históricas vividas. Em meio a tragédia que vivemos, sobretudo no Brasil, analisar o papel da saúde pública e das instituições científicas é também um ato de memória, de resistência política contra a destruição do sistema público de saúde, de valorização da ciência e de fortalecimento do debate público.

Entrevista submetida em 30/04/2021

Aceita em 30/06/2021